

Vitórias das lutas

Em dois meses a nova diretoria do SISMUC, em conjunto com os servidores, conseguiu avanços na defesa de direitos

As primeiras conquistas da nova direção do sindicato mostram que a mobilização social é importante para garantir direitos adquiridos e evitar o avanço dos ataques da administração Greca contra os servidores municipais e os serviços públicos. Em dois meses a nova direção do SISMUC contabilizou importantes vitórias da trajetória sindical, que mesmo ainda distante do que se espera, fortalecem a luta e mostram que é necessário resistir, unir e mobilizar para avançar. Confira as boas notícias:

Mobilizações barraram o fechamento da UPA Pinheirinho

► O SISMUC em conjunto com a população e os servidores da UPA Pinheirinho protestaram contra o anúncio de fechamento da unidade para transformar o local em um centro de atendimento para emergências psiquiátricas. A partir da pressão exercida pelo sindicato, servidores, moradores e comerciantes a Prefeitura desistiu da proposta. Com 20 anos de atividades, a UPA contabilizou no mês de setembro 9.103 atendimentos. Caso a unidade fosse fechada esse volume de atendimento seria transferido para outras UPAs, sobrecarregando o que já está no limite. O sindicato e servidores da saúde reconhecem a necessidade de um local para emergências psiquiátricas, mas não é fechando o que está em funcionamento que vai resolver a questão. A UPA Pinheirinho foi fechada para reforma e vamos acompanhar se será reaberta no modelo atual ou se a gestão promoverá mudanças ainda não sinalizadas.

Repórter da base



Saque no IPMC foi irregular

► A Secretaria da Previdência Social, do Ministério da Fazenda, confirmou que o saque de 700 milhões do IPMC, autorizado pela lei 15.042/2017, aprovada junto com o pacote, foi irregular e abriu processo administrativo. Motivada pelos sindicatos que representam os servidores, a Previdência Social fez uma auditoria e apontou quatro irregularidades: a principal diz respeito a restituição, em regime de compensação, dos R\$ 700 milhões repassados como contribuição patronal; dados enviados pelo IPMC para a Secretaria revelaram déficit atuarial; a Prefeitura desrespeitou a legislação na alteração dos aportes do plano de equacionamento do déficit previstos na Lei 12.821/08 e conforme o órgão federal, o prazo final do refinanciamento seria 2043 e não 2051 como a lei municipal colocou. O resultado da auditoria reconhece o que os sindicatos apontaram e fortalece a luta dos servidores para garantir as aposentadorias futuras e evitar novos saques.

Ricardo Marajó | Arquivo FAS



Evitou fechamento de equipamentos de Assistência Social

► Em resposta a ação movida pelo SISMUC a 1ª Promotoria de Justiça da Criança e do Adolescente de Curitiba do Ministério Público do Paraná (MPPR) ajuizou uma ação civil pública contra a Prefeitura de Curitiba e a FAS para impedir o reordenamento de sete Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). De acordo com a ação, a proposta de "reordenamento de serviços da proteção social básica", apresentada pelo Município e que resultaria no fechamento dos centros, ocasionaria prejuízo grave às famílias atendidas pelas regionais onde estão localizados esses equipamentos. Apenas os sete CRAS, ameaçados de fechamento, acompanham 24.810 famílias e atendem 2,6 mil crianças e adolescentes, muitas encaminhadas pelo Conselho Tutelar e que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Ameaça inconstitucional teve vitória na Justiça

► Em primeira instância o juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba reconheceu a ilegalidade da ameaça da Prefeitura de suspender o pagamento do salário dos servidores municipais que não preencheram o cadastro do eSocial até o dia 5 de outubro. A Secretaria Municipal de Recursos Humanos afirmou que a suspensão do pagamento não constituía nenhum ataque aos direitos do servidor mas "apenas" uma forma de impor que os trabalhadores do município cumprissem com seus deveres. O argumento utilizado pelo departamento jurídico do sindicato e aceito pelo juiz é de que a Prefeitura não pode aplicar uma penalidade sem que isso passe por um processo administrativo no qual o servidor tenha direito a defesa, além de que a Constituição proíbe e criminaliza qualquer forma de retenção salarial.



Bancada do pacote não se elegeu

► Os servidores municipais sabem muito bem o que representou a aprovação das leis do pacote que congelou salários, carreiras, aumentou tributos municipais para toda população, reduziu investimentos em saúde e educação e manteve os privilégios para os políticos. Diante da

candidatura de 10 vereadores da base política do prefeito Rafael Greca nas eleições deste ano, o sindicato entendeu que era necessário mobilizar os servidores para lembrarem dos políticos que tiram direitos dos trabalhadores. Com a ação junto à população nenhum dos 10 vereadores conseguiu se eleger, resultando em uma derrota para a bancada do prefeito. O resultado foi fruto da mobilização realizada pelos sindicatos e servidores municipais, que deram o troco e combateram as candidaturas dos políticos que usaram a crise como desculpa para retirar direitos dos trabalhadores.

EXPEDIENTE



Sindicato dos Servidores públicos Municipais de Curitiba

Rua Monsenhor Celso, 225, 9º andar
Centro | Cep: 80.010-150 - Curitiba/PR
Telefone/fax: (41) 3322-2475
Email: sismuc@sismuc.org.br
Site: www.sismuc.org.br

Jornalista responsável
Gisele Rossi
MTb 2838

PRODUÇÃO
Departamento de Comunicação do SISMUC

ARTE E DIAGRAMAÇÃO
Ctrl+S Comunicação

IMPRESSÃO
Gráfica Mansão

Tiragem: 12 mil exemplares

DIREÇÃO EXECUTIVA

Christiane Izabella Schunig
Coordenação Geral

Alexon Alves França da Silva
Coordenação de Administração

Jackeline Fernanda Alves Baptista
Coordenação de Finanças

Ana Paula Cozzolino
Coordenação de Secretaria Geral

Priscila das Graças Vasconcelos Ribeiro
Coordenação de Comunicação e Informática

Marcos Jose Franco
Coordenação de Assuntos Jurídicos

Maria Jose dos Santos
Coordenação de Formação e Estudos Socioeconômicos

Jakline Przvbilski
Coordenação de Políticas Sociais e Direitos Humanos

Fabiana Prado Caputti
Coordenação de Organização por Local de Trabalho

Vicente Pereira de Freitas
Coordenação de Políticas Sindicais e Relação de Trabalho

Aline Antunes Selbach
Coordenação de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente

Andre Luis Figel
Coordenação de Aposentado e Idoso

Ivani Amaro dos Santos
Coordenação de Mulheres

Maria Socorro dos Santos
Coordenação de Juventude

Walli Wanessa Sass de Paula
Coordenação de Raça e Etnia

Alda Padilha
Coordenação de Pessoas com Deficiência (PCD)

SUPLENTES DIREÇÃO EXECUTIVA

Bernadete Paula dos Santos, Daniele Paula dos Santos, Edicemari da Cruz Thimotheo, Francine Vasconcelos Nico, Gisele da Silva Aguiar, Iclea Aparecida Mateus, Ivanira Ramalho, Karla Garcia de Almeida, Leklery Francis F. S. Albuquerque, Lia Mara Bevilacqua, Liliane de Cássia Zanardini Lorusso, Luciane Cristina Bevilacqua, Luiza Conrado dos Santos, Mraçia Cristine da Cruz, Nadir Barbosa de Souza, Rita de Cassia Ferreira Bueno, Rita de Cassia Gomes da Silva, Simone de Souza Martins, Silvana Barioni, Tania Regina Pascoal Aoyama

CONSELHO FISCAL

Josiane dos Santos, Luciana Varella, Kathia Cristina Shinohara, Sandra Silva Moraes e Jonathan Ramos Farias

AÇÃO. Os ataques à educação infantil representam desmonte da educação e desvalorização dos profissionais

Servidores fazem atos em defesa da educação infantil

Fotos: Repórter da Base



Servidoras em ação na região do Tatuquara



Ato no CMEI Lala Schneider teve apoio da comunidade

O apoio às demandas dos servidores e o trabalho junto à base é o norte das ações do SISMUC que participou dos atos realizados pelos profissionais de CMEIs localizados na região do Tatuquara e nos equipamentos onde as professoras de educação infantil estão sendo obrigadas a passar pelo remanejamento. Com apoio do SISMUC as profissionais fizeram panfletagem de conscientização dos pais e comunidade sobre a situação.

Na região do Tatuquara as professoras de educação infantil e profissionais dos equipamentos CMEI Gerdt Guenther Hastschbach e CMEI Flora Munhoz da Rocha, estão sem receber a gratificação do difícil provimento, além da falta de profissionais e conseqüente sobrecarga de trabalho. Há casos de

salas fechadas porque não tem profissionais para atender.

Conforme a lei 12.114/2007 os servidores lotados em CMEIs e escolas localizadas na região do Tatuquara têm direito a gratificação de 30% referente ao difícil provimento. Além dos CMEIs Gerdt e Flora os servidores dos CMEIs Julio Gomel, Tania Brandt, Luzia Zanieiro Demeiterco e Milton Luiz Pereira também não recebem o difícil provimento. O não pagamento demonstra tratamento diferenciado da Prefeitura entre as unidades, pois os servidores de outros equipamentos na região recebem a gratificação.

REMANEJAMENTO

Outra situação agravante na educação infantil diz respeito ao fechamento de turmas de Pré em período integral em

alguns CMEIs, e o remanejamento forçado das professoras de educação infantil que terão que deixar onde estão para entrada de professor Docência I e estagiário. O remanejamento forçado foi anunciado de surpresa para as servidoras dos CMEIs Nice Braga, Vila Verde, Jardim Saturno, Lala Schneider, Vila Macedo e Cinderela.

As professoras serão remanejadas porque os equipamentos mencionados não vão mais oferecer turmas de Pré em período integral. A exceção é o Nice Braga que não terá mais turmas de Pré I, e já não oferecia período integral.

A desvalorização dos profissionais que atuam na educação infantil vem acontecendo há muito tempo e precisamos unir forças para conter a precarização e exigirmos melhores condições de trabalho. ▲

Trajatória sindical garante vitórias na Justiça

► Na última semana de outubro o departamento jurídico do SISMUC apresentou na Procuradoria Geral do Município requerimento de cobrança referente a ação judicial em benefício dos guardas municipais. A ação que teve início em 2011 cobrava na Justiça o pagamento não efetuado de gratificação de segurança. Com valor total de R\$ 1.901.379,73 a ação foi ganha, e como o juiz entendeu que o pagamento deve ser feito por RPV (requisição de pequeno valor) a Prefeitura tem 90 dias para liberar o valor. Assim que recebermos resposta da administração municipal estaremos avisando a categoria. A expectativa é que o pagamento esteja liberado a partir do mês de fevereiro de 2019.

Outra ação já ganha e que também deverá ser paga em 2019 é para os agentes funerários que trabalhavam na escala 12h por 36h nos cemitérios municipais e não recebiam horas extras devidas. A ação teve início em 2007 e envolve valores que giram em torno de R\$ 1 milhão. Será paga em forma de precatório que já estava em andamento. A novidade é que o orçamento de 2019 da Prefeitura prevê o pagamento, o que ainda deverá ser formalmente comunicado ao sindicato.

Aposentados e pensionistas

► O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba (IPMC) iniciou em outubro o Censo Previdenciário e Prova de Vida 2018 e 2019. Inicialmente foram convocados 770 aposentados que apresentam divergências na base de dados do IPMC. A partir de janeiro de 2019 os demais aposentados e pensionistas serão convocados por carta de acordo com o mês de aniversário. Atualmente o IPMC contabiliza 15,8 mil aposentados e pensionistas. Fique atento para não perder a data do cadastramento. Mais informações pelo tel.: 3350-3646.



Perto de você

► O SISMUC quer estar mais próximo de você servidor e iniciamos a comunicação por meio de listas de transmissão pelo Whatsapp. Para você receber os informes do sindicato no seu celular, quando receber nossa mensagem, é importante salvar o contato do SISMUC (41) 99661-9335 na sua agenda.

Tem uma ideia legal de texto? Escreva e envie para o Jornal do Sismuc: imprensa@sismuc.org.br



Acompanhe as notícias sobre as ações do sindicato pelo site: www.sismuc.org.br ou pelo Facebook: **Sismuc Sindicato**



DATA-BASE. A transferência da data-base de março para outubro só ampliou o congelamento dos salários e carreiras dos servidores que não receberam nenhum reajuste

O mês foi do servidor e o presente da prefeitura? Uma bomba de ataques!



Repórter da Base

Servidoras no ato que aconteceu na Câmara Municipal de Curitiba

Conheça as Propostas de ampliação do pacote

- ▶ Mantém data-base em outubro, diferente do que foi acordado durante a aprovação do pacote (Lei 15043/2017), que previa a data-base em março de 2019.
- ▶ Propõe regularizar contratos temporários em regime de Processo Seletivo Simplificado (PSS), acabando com concursos públicos e consequente redução na arrecadação do IPMC.
- ▶ Limita o poder de negociação dos servidores em ano de eleição, pois veda reajustes acima dos índices de inflação 180 dias antes do processo eleitoral.
- ▶ Propõe exclusividade da utilização do cartão transporte, que atinge diretamente nosso bolso, uma vez que o auxílio pode ser utilizado como complemento de renda. Esta medida ainda exclui a função de cobrador e cobradora em Curitiba, demitindo milhares de funcionários.

Outubro de 2018 passou e o prometido reajuste da data-base dos servidores públicos de Curitiba não veio. Na primeira reunião realizada entre os sindicatos e a prefeitura para discutir a data-base em 4 de outubro, a prefeitura alegou não ter nenhum índice para apresentar. Quatro dias depois, em seu Facebook, o prefeito Rafael Greca anunciou que daria 3% de reajuste.

O líder do prefeito na Câmara de Vereadores, Pier Petruzzello (PTB) em entrevista à Gazeta do Povo no dia 31 de outubro, quando questionado sobre a data-base sugeriu que se houvesse qualquer manifestação por parte da oposição ou dos servidores, nem os 3% seriam dados. O vereador ainda tentou colocar trabalhador contra trabalhador, posicionando os servidores como os vilões da história.

Pier defende que Greca não poupa esforços para tirar Curitiba da UTI, em contrapartida, o secretário de finanças Vitor Puppi, na audiência pública da CMC de 25 de setembro disse que “a cidade está equilibrada, pois arrecada mais do que gasta”. Diante disso, fica notório que o servidor público não é respeitado por essa gestão.

O percentual anunciado de 3% não cobre sequer a inflação do último ano, calculada em 3,97% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O último reajuste aconteceu em abril de 2016, calculando a inflação acumulada temos um percentual de 9,48%, ou seja, com os 3% propostos pela prefeitura, os servidores têm uma defasagem de 6,48% em seus salários.

Na assembleia conjunta dos sindicatos realiza-

da dia 17 de outubro, os servidores decidiram aumentar a pressão e cobrar os vereadores. No dia 31 de outubro, quando ocorreu a audiência da Lei Orçamentária Anual (LOA), foi realizada uma grande mobilização na Câmara Municipal que resultou em mais uma reunião com a administração, feita dia 7 de novembro, mas sem sucesso.

Os 3% em conjunto com a ampliação do pacote, representam um ataque ao serviço público que não podemos aceitar. A desvalorização do servidor através do congelamento de suas carreiras e salários, as péssimas condições de trabalho dados pela falta de recursos, faz com que este e outros meses não sejam de comemoração. É necessário nos mobilizarmos contra estes ataques e cobrar da prefeitura nossos direitos! ▲

Resultado das eleições majoritárias sinalizam que é necessário unir forças pois eleitos defendem a precarização dos direitos trabalhistas

Novos governos, novas e velhas lutas

▶ No governo federal, o presidente eleito Jair Bolsonaro anunciou mudanças, dentre elas a extinção do Ministério do Trabalho, agrupando-o em alguma pasta que ainda não foi decidida. Vale lembrar a importância histórica deste ministério, que além de garantir a segurança do trabalhador, fiscaliza práticas abusivas.

Ainda no discurso de que se deve cortar direitos trabalhistas para sair da crise, o mesmo parece não se aplicar ao alto escalão do Poder Judiciário, que em 7 de novembro, aprovou no Senado um aumento de 16,3% para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), com seus salários passando de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil.

Como “efeito cascata”, se for sancionado, esse será o teto dos servidores públicos do Executivo, federais e estaduais, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas. O impacto destes ajustes na conta da União chega a R\$ 6 bilhões.

Aqui no estado do Paraná, o governador eleito, Ratinho Junior, já sinalizou que quer modelo empresarial no Estado. Aliado a isso, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aprovou o fim da estabilidade do servidor público em todos os níveis da Federação e todos os poderes. A proposta ainda vai passar pelo plenário, mas representa um duro ataque e sinaliza o desmonte do serviço público.

No município, os servidores já vivenciam ataques promovidos pela gestão Greca, com notícias que chegam em reuniões improvisadas nos corredores dos equipamentos e através de suas redes sociais, demonstrando total descaso com o servidor e a população.

Com os princípios de independência frente a patrões e governos, autonomia frente a partidos políticos, trabalho de base e solidariedade ativa de classe, a direção do SISAMUC se mantém firme na defesa dos interesses dos servidores públicos municipais de Curitiba.

Por isso, mais do que nunca, os trabalhadores precisam se unir para defender o direito de manifestação e de liberdade de expressão, lutar contra as terceirizações, contra o aprofundamento da reforma trabalhista, reforma da previdência e demais retiradas de direitos adquiridos pelos trabalhadores, conquistados com muita luta da classe. ▲

PARABÉNS. Constituição Federal e SISMUC comemoraram três décadas no mês de outubro

30 Anos de conquistas de DIREITOS E AVANÇOS SOCIAIS



O mês de outubro marcou o aniversário de 30 anos de fundação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba e de promulgação da Constituição Federal. A comemoração de aniversário no mesmo mês não é coincidência. Foi com a promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988, no período de reabertura democrática no país, após 21 anos de Ditadura Militar, que os servidores públicos puderam constituir organização sindical.

Resultado de 20 meses de Assembleia Constituinte instalada no processo de redemocratização, a nova Constituição trouxe avanços importantes para a sociedade brasileira e é o documento que os presidentes eleitos prometem respeitar no ato de posse.

Considerada uma constituição avançada, sendo chamada também de Constituição Cidadã, o documento reconheceu direitos das minorias como indígenas, quilombolas, mulheres, trabalhadores e a necessidade de proteção do meio ambiente, entre outros pontos.

Questionada por alguns setores, com sugestões frequentes para formulação de uma nova Constituição, é preciso estar atento para que a sociedade conheça e defenda o documento e não aceite um possível retrocesso, pois, apesar de seus 30 anos, muito do que está previsto na Constituição não é respeitado.

Recentemente o prefeito Rafael Greca deu uma demonstração de desrespeito à Carta Magna quando ameaçou reter o salário dos servidores que não respondessem o eSocial até o dia 5 de outubro. O sindicato recorreu à Justiça que reconheceu a arbitrariedade, pois a ameaça fere o artigo 7º da Constituição Federal, que entre outros direitos dos trabalhadores garante, conforme o inciso "X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa!".

Outra ameaça recente é a retirada da licença-prêmio para novos servidores, em discussão na nova Lei Orgânica do Município. A proposta fere o princípio da isonomia, também previsto na Constituição Federal. ▲

30 anos do SISMUC

▶ Nesses 30 anos de atividades do sindicato foram muitas as conquistas e lutas pela valorização, melhores condições de trabalho e remuneração justa aos servidores. Fundado em 27 de outubro de 1988, durante assembleia da Asmuc, na Câmara Municipal, onde os presentes deliberaram pela fundação do SISMUC.

A transformação dos servidores celetistas em estatutários, conforme previa a nova Constituição, foi a primeira grande luta que demorou dois anos e duas grandes greves de servidores para ser efetivada.

A conquista da data-base em março, atualmente transferida para outubro; a jornada de 30 horas na saúde; a manutenção de férias coletivas e recesso de 11 dias em julho nos CMEIs; o pagamento de horas extras para vigias da Fundação Cultural; os uniformes para servidores de parques e praças; o pagamento de gratificação de risco para servidores de casas abrigo; os planos para as diferentes carreiras foram algumas das conquistas das lutas do SISMUC em sua trajetória em defesa dos interesses dos servidores.

Com 11 diretorias durante estes 30 anos de existência, neste ano de 2018 a eleição foi histórica, em três turnos, elegendo, com 55,23% dos votos, a chapa 2 - Sindicato é pra lutar! Firmes com a base. Não é a primeira vez que uma chapa com o nome Sindicato é pra lutar! vence a eleição. Embora exista essa coincidência a nova diretoria tem como princípios uma direção com trabalho permanente com a base, independência frente a patrões e governos, autonomia política e solidariedade ativa.

Apesar das lutas, nem sempre se colheu vitórias. Mas a história nos mostra que é preciso unir e reivindicar para garantir direitos adquiridos e melhorias para os servidores e para os serviços públicos.

Contamos com você na defesa da Constituição e para continuar comemorando nossas conquistas. Que venham mais 30 anos!